

**RECENSÃO CRÍTICA DO LIVRO “O PORTUGUÊS
E O TUPI NO BRASIL”, DE VOLKER NOLL E
WOLF DIETRICH (ORG.). EDITORA CONTEXTO, SÃO
PAULO, 2010, 240 PÁGINAS.**

Eduardo de Almeida Navarro¹

Rodrigo Godinho Trevisan²

Renato da Silva Fonseca³

Os organizadores do livro em exame, Volker Noll e Wolf Dietrich, são ambos professores da universidade alemã de Munster. Há algum tempo têm-se embrenhado no estudo do português do Brasil e das línguas românicas.

O livro publicado enfeixa artigos de diversos autores. Analisaremos alguns deles que tratam do tupi antigo e das línguas gerais coloniais e contemporâneas.

**1. O TRONCO TUPI E SUAS FAMÍLIAS DE LÍNGUAS, DE WOLF DIETRICH,
PP. 9-25)**

O que nos chamou a atenção nesse primeiro artigo de Dietrich, ao tratar da família tupi-guarani, foi ter seu autor confundido línguas com grupos

¹ Professor associado de Tupi Antigo e Língua Geral (nheengatu) da Universidade de São Paulo

² Professor de nheengatu

³ Professor da rede municipal de ensino (São Paulo)

étnicos. Ele alude na p. 12 a uma língua *Tupiniquim*. Não é o Tupi de São Vicente, já que ele afirma ali que ela não estava documentada e o Tupi de São Vicente o foi (p.ex., nos catecismos de Anchieta). Ele diz que tal língua foi falada no ES e na BA. Ora, nesse trato de terra não se falava no passado o Tupinambá, como diz Dietrich em vários passos de seu livro? Ele está, então, a contradizer-se, mostrando que no domínio do Tupinambá havia outras línguas da mesma família.

A mesma confusão faz ele ao dizer que houve ali uma língua *potiguara*, não documentada. Ora, potiguara não falava Tupinambá, como querem Dietrich e Aryon Rodrigues? Ademais, os índios Camarões não eram potiguaras e não escreveram cartas, documentando a língua? E por que Dietrich não menciona o Tupi de São Vicente, se ele vive a repisar as diferenças entre esse e o Tupinambá, que ele diz ser “a língua dos índios da costa brasileira nos séculos XVI e XVII”. Acaso a capitania de São Vicente não tinha litoral? E em São Vicente falava-se também o que ele chama de “Tupinambá”?

2. TUPI, TUPINAMBÁ, LÍNGUAS GERAIS E O PORTUGUÊS DO BRASIL, DE ARYON RODRIGUES (PP.27-48)

Esse artigo não traz nada de novo ao conhecimento do assunto sobre o qual versa. Aí Aryon Rodrigues, trata de questões consabidas e já exploradas à exaustão em outros artigos seus e alheios. No dito artigo o autor se restringe a expor ideias superadas, o que faz já no seu intróito:

Como etnônimo, o nome tupi designou no século XVI o povo que predominava no litoral de São Vicente e, serra acima, na região de Piratininga e do Alto Rio Tietê.

Para Rodrigues, os tupis eram somente um povo da capitania de São Vicente. Isso é falso. Anchieta nos mostra no *Auto na Aldeia de Guarapa-*

rim, escrito entre 1589 e 1594, nos versos 183-189, que *tupi* era um termo genérico para designar vários grupos indígenas da costa. Ali dois personagens dialogam nos seguintes termos:

- Paranagoçu raçapa, / ibitiribo guibebebo, / aço Tupi moangaiapa. / -Atravessando o grande mar, voando pela serra, vou para fazer os tupis pecarem.*
 (...)
 -*Bae apiaba paipó? / -Que índios são esses?*
 -*Tupinaquijã que igoara. / -Os tupiniquins, habitantes daqui.*

Isto é, Anchieta está a reconhecer aí que *tupiniquim* é um termo compreendido no termo *tupi*, empregando este último como um genérico, como um termo de maior extensão. Ao fazer seu personagem perguntar “que índios são esses”, Anchieta deixa evidente que *tupi* designava mais de um grupo indígena que não somente o de São Vicente. Isso desmonta completamente a teoria de Rodrigues. Ora, o termo *tupi* tinha, já no século XVI, dois sentidos, um genérico e um específico. Como termo genérico, designava os índios da costa, falantes da língua brasílica, apresentando o caráter de um denominador comum. Simão de Vasconcelos corrobora tal idéia:

... *De Tupi (que dizem ser o donde procede a gente de todo o Brasil) umas nações tomaram o nome de Tupinambás, outras de Tupinaquis, outras de Tupigoaés e outra Tupiminós.*

A mesma coisa sucede com o termo *americano*, que significa tanto o que nasce nos Estados Unidos da América quanto o que nasce em qualquer parte do continente americano. Com o termo *tupi* aconteceu exatamente isto: era-o, em geral, o índio da costa falante da língua brasílica e, especificamente, o da capitania de São Vicente.

Rodrigues, informado há muitos anos da existência desse texto, que mostrava desconhecer, nunca o comentou em seus artigos e insiste em bater a mesma tecla. É compreensível: tal texto desmente aquilo que há cinco décadas ele tem afirmado, achando-se refém de um erro que não quer reconhecer, temendo que isso desmereça seu trabalho. Embalados pelas ideias do francês Alfred Métraux, autor de *A religião dos Tupinambás*, publicado em 1928, Aryon Rodrigues e Florestan Fernandes foram os primeiros acadêmicos brasileiros que quiseram dar ao designativo tupinambá uma abrangência que não tinha. Felizmente tal equívoco não teve boa fortuna e hoje somente poucos adeptos do Estruturalismo radical no campo da Linguística e da Antropologia o usam em seu jargão arrevesado, criado para se darem a si mesmos fumos de cientificismo. Os próprios organizadores do livro em exame não o utilizaram em seu título, o que confirma o desprestígio da idéia de Rodrigues.

O próprio Aryon Rodrigues não apresenta coerência no uso de tais designativos. Por vezes chama a antiga língua da costa de *tupi* (em seus primeiros artigos), outras vezes diz que *tupinambá* designa o mesmo que *tupi antigo* e, finalmente, por vezes chega a dizer que são línguas diferentes...

Além disso, os seguintes fatos afastam a possibilidade de se empregar o termo *tupinambá* como um genérico:

- 1) A variante dialetal tupinambá apresentava aspectos diferenciados pela costa brasileira: as gramáticas de Anchieta e Figueira mostram diferenças entre si, podendo-se dizer que Figueira descreveu uma outra variante dialetal, a dos tupinambás do Nordeste. Assim, o termo tupinambá não possui extensão suficiente para ser aplicado à língua falada do Rio de Janeiro ao Maranhão como um todo. Edelweiss (1969), analisando vocabulários de três áreas geográficas diferentes em que estavam os tupinambás, a saber, a Guanabara, a Bahia e o Maranhão, mostrou que havia diferenças entre eles.

Assim, se chamarmos a língua falada nos séculos XVI e XVII na costa oriental e setentrional brasileira de *tupinambá*, estaremos desprezando variações apontadas nessa mesma faixa costeira para certos aspectos gramaticais. Ora, tais diferenças são significativas, e não somente léxicas, mas também morfossintáticas. Assim, a mesma distância que separaria o tupi de São Vicente do tupinambá do Rio de Janeiro separaria este do tupinambá de Pernambuco (o de Luís Figueira).

Assim, Rodrigues considera somente a pronúncia da consoante final dos verbos afirmativos ou o uso do pronome objetivo *i* com verbos causativos, para opor o tupinambá ao tupi, mas despreza outros aspectos que tornam o tupinambá da costa heterogêneo em suas formas. Se o tupinambá não era uno, tal termo não merece o caráter de designativo genérico, pois se faria *tabula rasa* de aspectos morfossintáticos importantes que se apresentavam diferenciados na costa entre o Rio de Janeiro e o Maranhão, sem mencionarmos os aspectos lexicais que Edelweiss (op. cit.) já analisou.

No artigo de Rodrigues, publicado no livro em exame, há também outros equívocos:

- 2) Ele apresenta uma etimologia errada para *ybapytanga*, “fruta vermelha” (p.35). Ora, *pytang* em tupi antigo não significa *vermelho*, mas qualquer cor em que o branco esteja de mistura: cinza, rosado, avermelhado, pardo etc. *Vermelho*, em tupi, é *pirang*. Também erra na etimologia de *ybyrapytanga*, dizendo ser “madeira vermelha”. Ora, o nome popular da árvore é *pau rosado* e não *pau vermelho*, o que reforça o que dissemos acima.
- 3) Ele afirma que *mamão*, fruto do mamoeiro, *Carica papaya*, provém de *mamō* (p. 35). Ora, nenhum texto colonial registra tal lexema (existe *mamō* como morfema gramatical, com o significado de *onde?* ou *longe*). *Mamão*, na verdade, deve ser o aumentativo de *mama*: *grande mama*, como é dito por numerosos filólogos.

- 4) Na p. 33 ele afirma que a etimologia de *pirãia* é ‘peixe dentado’. O correto seria dizer *peixe dentado*. *Peixe dentado* seria *pirãiusu*.
- 5) Na p. 34 ele dá como etimologia de *irapuã*, *mel redondo*. Na verdade, *eírapu’a* significa *abelha de bola* (i.e., que faz ninho redondo como uma bola). *Mel redondo* não faz sentido.
- 6) Rodrigues afirma (p.34) que peixe-boi é *iwarawá* quando, na verdade, é *warawá*.

Com relação às línguas gerais, *nihil novum sub sole*: Rodrigues restringe-se a repetir o que já escreveu há quase três décadas em seu livro *Línguas Brasileiras* (Ed. Loyola, 1986), cometendo algumas incorreções e contradições:

- 7) *Nas línguas gerais reduziu-se o sistema original de distinções dêiticas de pelo menos cinco demonstrativos a dois. Dos demonstrativos tupinambá ko, ‘este (que se vê)’; ang, ‘este (que se vê ou não)’; kué, ‘esse (que se vê)’; aê, ‘aquele; e aipó, ‘aquele (que não se vê)’; ficaram ko, este e aê, ‘aquele, aquela, aqueles, aquelas, aquilo’.* (p.42)

Ora, o *Vocabulario da Lingoa*, de autor anônimo do século XVIII, manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, mostra que *aipó* era empregado na Língua Geral Amazônica colonial e não somente no “tupinambá”:

Aipó nde pyá çüt erobiár... – Crê nisso de coração. (in *Lida dos Missionários com os Sertanejos*, ibidem, fol. 91v)

É importante dizer que, em seu texto supracitado, Rodrigues contradiz o que afirmou em seu livro *Línguas Brasileiras* (Edições Loyola, 1986):

O sistema de demonstrativos do Tupinambá ... ficou reduzido na LGA a um sistema de apenas duas formas: kwá “este”, iã’ã “aquele”. (p. 105)

- 8) *No Brasil oriental não houve a oportunidade para desenvolver-se o uso da língua indígena por uma comunidade mestiça e ali, portanto, ainda que tenha havido portugueses que falavam o tupinambá, não se firmou nenhuma língua geral. (p. 44)*

Pesquisas importantes desmentem isso. Houve, sim, língua geral na Bahia no período colonial, conforme têm mostrado as pesquisas de Tânia Lobo e de outros pesquisadores da Universidade Federal da Bahia⁴.

- 9) *Na morfologia, diversos sufixos – que em tupinambá tinham várias formas fonológicas segundo os ambientes em que ocorriam – tornaram-se uniformes, com a generalização de uma só forma (p.ex., o sufixo aumentativo do tupinambá –wasú depois de vogais e –usú depois de consoantes; na LGA somente –asu) (pp. 40-41)*

Isso é desmentido pelos textos coloniais escritos em Língua Geral:

*Mimby **goaçu** oiopý ucár / manda tocar a corneta*

(Vocabulário da Língua, 91v)

*Narecói cunumí**goaçu** / Não tenho rapazes (Vocabulário da Língua, 93)*

*Päí**goaçu** rerecoára aicó / Era criado do padre superior (Vocabulário da Língua, 97v)*

4 LOBO, Tânia C. Freire et alii, Índícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In Tânia Lobo et al. (org.), *Para a História do Português Brasileiro. VI: Novos dados, novas análises*. Salvador, EDUFBA, 2006, 609-630.

Mesmo com relação ao *nheengatu* oitocentista e ao *nheengatu* contemporâneo, isso é absolutamente falso:

Paranáuasú – nome dado, em *nheengatu*, ao rio Negro; *amanauasu* – tempestade; *Buiauasú* – Cobra grande, entidade mítica da Amazônia (in Navarro, E., *Curso de Língua Geral*, 2011)

3. OS PRIMEIROS EMPRÉSTIMOS TUPIS NO PORTUGUÊS DO BRASIL, DE VOLKER NOLL (PP. 61-80)

O artigo de Volker Noll é bom, revela pesquisa histórica bem feita e traz contribuições inegáveis. Pudemos nele constatar os seguintes erros e imprecisões:

- 1) Ele arrola como tupinismos os termos *goiaba*, *abacaxi*, *gambá* (p. 74). Ora, *goiaba* tem origem quêchua, *abacaxi* tem origem nalguma língua caribe e *gambá* deve ter origem nalguma língua africana.
- 2) Ele afirma que *maracá* é uma espécie de *matraca* e que dá origem a esta palavra (pp. 67 e 69). Na verdade, *matraca* tem origem no árabe *mitraqa*.
- 3) Ele afirma que *cipó* é composição de **isá**, “galho” + **pó** – “mão” (p. 69). Galho, em tupi, é **takã** ou **takãpyra** (*VLB*, I, III; *VLB*, II, 80). **Ysá** é a fêmea da formiga saúva. (Sousa, *Trat. Descr.*, 271)
- 4) Ele afirma que *boitatá* é uma cobra mítica. Ora, Anchieta, que descreveu tal mito pela primeira vez, deixa claro que não se trata disso. A correta etimologia de *boitatá* é *coisa fogo, coisa de fogo* (**mba'e** + **tatá**):

“Há também outros (fantasmas), máxime nas praias, que vivem a maior parte do tempo junto do mar e dos rios, e são chamados **baetatá**, que quer dizer **cousa de fogo**, o que é o mesmo como se se dissesse o que é todo fogo. Anchieta, J. de, *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos etc.*, do Padre José de Anchieta, Rio de Janeiro, 1933, 128-129). (grifos nossos)

- 5) Noll, baseado em Nascentes (1952) dá uma etimologia errada para *carioca*: *kara'i oka*, *casa(s) do(s) branco(s)* (p. 76). Anchieta deixou-a clara. Na verdade, a palavra compõe-se de **kariió**, *carijó*, nome de grupo indígena com origem no Paraguai + **oka (r, s)**: *casa de carijós*:

“*Yauça Moçupiroka, Yequej, guatapitiba, [...] Carijo oca, Pacucaya, Araçatiba.*” (Anchieta, *Poemas [Auto de São Lourenço]*, versos 147-151).

Com efeito, os carijós também estavam na costa:

“(...) destes ha infinidade e correm pela costa do mar e sertão até o Paraguay.” (Pe. Fernão Cardim, [1585], *Do principio e origem dos Indios do Brasil*, p. 103).

- 6) Outra etimologia equivocada que Noll apresenta na p. 76 é a de *Guarajuba*. Segundo ele, ela seria “*guará amarelo*”, dizendo antes que *guará* é “flamingo”. Ora, o *guará* em questão não é ave, mas um animal canídeo, o *lobo-guará* (em tupi *awará*), de cor amarela. Ademais, o *guará* é vermelho, somente aparece na costa e Minas Gerais, onde aquele topônimo ocorre, é estado mediterrâneo...
- 7) Outro erro em que labora o dito artigo de Noll é ter dito na p. 69 que “o significado da forma inicial *jaguara* era ambígua em tupi (*onça, cachorro*)”. Ora, a forma inicial *jaguara* (*jawara*) designava somente a onça

(*Panthera onca*). Isso porque o cachorro doméstico não compunha a fauna endêmica do Brasil.

- 8) Ao tratar de *guainumbi*, Noll afirma que se “*difundiu mais tarde o neologismo expressivo beija-flor (1813; Houaiss)*” (p. 75). Deveria ter dito que, anteriormente a *beija-flor*, a forma que se desenvolveu foi *pica-flor*, usada muito antes daquela.
- 9) Aparecem erros gramaticais e construções estranhas no livro, perdoáveis ao autor por sua condição de estrangeiro, mas não à Editora Contexto, que publicou o livro e deveria ter feito sua revisão:
O mesmo se consta no primeiro testemunho francês... (p.63); Necessidade carente... de querer comunicar as necessidades do mundo profano (p. 65); Até a chegada do primeiro governador-geral... na recém-fundada capital... (p. 64); ... por finais do século XVI... (p.76)

4. O PAPEL DO TUPI NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO, DE WOLF DIETRICH E VOLKER NOLL (PP. 81-104)

Cometem aí os autores vários erros de natureza histórica e linguística. Comentaremos alguns deles:

- 1) Os autores erram ao localizar as nações indígenas na costa brasileira: ... *os caetés e os potiguaras ou pitiguaras das costas situadas entre a Paraíba e o Piauí...* (pg. 82). Na verdade, os caetés eram índios de Pernambuco. (Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, cap. XIX). Os potiguaras, por sua vez, não viviam na costa do Ceará e do Piauí. (Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, pp. 121-122)
- 2) Os autores cometem aqui um erro histórico: “*O tupi foi escolhido, já em 1549, ano da fundação da cidade de Salvador da Bahia, pelos jesuítas*

para a catequização dos índios. Foi essa língua, na variedade tupinambá da região de Salvador, que os primeiros padres, Manuel da Nóbrega e, mais ainda, João de Azpilcueta Navarro, aprenderam e ensinaram ao jovem José de Anchieta, chegado ao Brasil em 1553.” (pp. 82-83).

Ora, Manuel da Nóbrega nunca soube bem o tupi para ensiná-lo a ninguém... No ano de 1559 ainda precisava de intérprete para ouvir a confissão dos índios. (Serafim Leite, *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, III, 1954, p. 134)

- 3) Aqui Dietrich e Noll dão etimologias equivocadas e fantasiosas: *paca* < t. *pák-ha*, ‘acordar + sufixo nominalizador’, ‘aquele que está desperto’ (pp. 91-100). Ora, **-ha** é sufixo nominalizador do guarani e não do tupi antigo ou das línguas gerais brasileiras... O único sufixo que há na palavra **paka** é o **-a**, nominalizador.
- 4) *Tabebuia* < t. *ta(b)-bebúia*, ‘cabelo-leve-sufixo de caso’, ‘madeira leve como um cabelo’. (p. 93)

Ora, cabelo em tupi antigo é **‘aba** e não **tab(a)**:

‘aba (etim. – pelo da cabeça < ‘a + aba) (s.) – 1) *cabelo da cabeça* (Anchieta, *Arte*, 15v): *xe ‘aba*, *nde ‘aba*, *i ‘aba* – meu cabelo, teu cabelo, o cabelo dele (Castilho, *Nomes*, 27)

- 5) *Jenipapo* e *jenipapeiro* < *nhandy-pab-á*, ‘gordura/azeite-todo-fruto’, ‘fruto de gordura completa’, cf. Ruiz de Montoya (1639:242): “ñandipabá, fruta conocida com que se pintan...” (p. 93)

Ora, a palavra em tupi é paroxítona: *ianyapaba* (Marcgrave, *Hist. Nat. Bras.*, 92; Piso, *De Med. Bras.*, IV, 183-184; Staden, *Viagem*, 175). Se o

termo fora oxítono, a composição *ianyapapyxuna* (*Vocabulário na Língua Brasileira*, II, 128), seria *ianyapabapyxuna*. A etimologia não é, pois, a que Dietrich apresenta.

- 6) *Babaçu* < t. *bab-açu* (p.93). Dietrich e Noll não dizem o que significa **bab** porque tal tema não existe em tupi... A etimologia de *babaçu* é *'ybáwasu*, *fruto grande*, estando a palavra registrada no *Vocabulário na Língua Brasileira*, I, 74. Tal nome designava, originalmente, a cidra, passando, mais tarde, a designar a palmácea do Meio-Norte.
- 7) *Pindó* < t. *pindó* (p. 93). Mais uma vez Dietrich e Noll confundem o tupi antigo com o guarani. A forma tupi é *pindoba* (Marcgrave, *Hist. Nat. Bras.*, 133; *Vocabulário na Língua Brasileira*, II, 63): *Aiopûai amõ abá pindoba resé*. – Mandei um homem em busca de pindoba. (*Vocabulário na Língua Brasileira*, I, 114)
- 8) *Maracujá* < t. *mborukujá* (cf. Ruiz de Montoya, 1639: 217, *mburucucúia*) (p. 93).

Novamente os autores mostram confundir o tupi antigo com o guarani. A forma tupi é *murukuíá* e está muito bem documentada. (D'Abbeville, *Histoire*, 183; Marcgrave, *Hist. Nat. Bras.*, 71; Piso, *De Med. Bras.*, IV, 197-198)

- 9) *Mingau* < t. *minga'u* < *mika'u*, 'o que se come' (p.93). A etimologia de Dietrich está equivocada. *Minga'u* é palavra formada pelo prefixo *emi-* + *ka'u* (v.tr.) – *fazer papa de* (p.ex., de grãos, de mandioca, etc.):

Aika'u. (*Faço papa dela*). (*Vocabulário na Língua Brasileira*, II, 64); *eminga'u* (t) – *o que alguém empapa, o empapado, a papa, o mingau: xe reminga'u* – *meu mingau* (Figueira, *Arte*, 79).

10) *Tyku-pyr*, 'reduzir o líquido-part. passado', 'destilado' (p. 94).

Etimologia errada, pois *tyku* é tema nominal e *-pyr* só se sufixa a temas verbais transitivos:

tyku (s.) – 1) líquido; coisa líquida (Figueira, *Arte*, 75); 2) coisa rala como polme (*Vocabulário na Língua Brasileira*, 11, 95); [adj.: yku (r, t)] – líquido, ralo; derretido; (xe) derreter-se: Xe ryku. – Eu me derreti. (*Vocabulário na Língua Brasileira*, 11, 95; Anchieta, *Arte*, 13)

11) "No tupinambá, como nas línguas gerais, observam-se sufixos derivativos que provêm parcialmente de nomes de qualidade. Assim, t. *gwasú*, *wasú* 'grande, importante', aparece como sufixo *-açu...*"

Ora, não há registros na literatura desse sufixo com o sentido de *importante* nem como um nome de qualidade:

-úasu (ou **-gúasu**) (suf.) – 1) *-ão* (suf. aumentativo, como em *matão*); grande, *GUAÇU*, *AÇU*: *Osokendab a'e karamemûã itagúasu pupé. – Fecharam aquele túmulo com uma pedra grande. (Ar., Cat., 64v); piragúasu* – peixão, peixe grande (*Anchieta, Arte*, 13); *Xe tupinambagúasu. – Eu sou o grande tupinambá. (Anchieta, Poemas, 114)*; 2) muito (em quantidade): *I kaúigúasu-pipó xe ramuã Íaguaruna? – Tem muito cauim, porventura, meu avô Jaguaruna? (Anchieta, Teatro, 60)*; 3) muito (em intensidade): *Xe kerambugúasu. – Eu ronco muito. (Vocabulário na Língua Brasileira, 11, 108) (V. tb. -usu.)* (in Navarro, E., *Dicionário de Tupi Antigo*, São Paulo, Editora Global) (no prelo).

12) *Piracema*, 'cardume de peixes' (p. 95).

Etimologia errada. *Cardume*, em tupi antigo, é **te'yia** (*Vocabulário da Língua Brasileira*, 1, 67). A etimologia de *piracema* é **pirá** + **sema**: saída de peixes (para a desova).

- 13) *Anhangabaú* (vale na cidade de São Paulo) <t. *anháng*, 'gênio mau das matas' + *amba'y*, 'umbaúba, imbaúba'... 'gênio-imbaúba'. (p. 97)

Ora, Anhangabaú provém de **anhanga** + **obá (t)** + 'y: água da face do *Anhanga*, i.e., suas lágrimas ou a água em que o Anhanga lavou o rosto. O Mapa da Capitania de São Vicente, da coleção de José Mindlin, anônimo de 1630, dá a etimologia da palavra, que apresentamos acima. Faltou aqui pesquisa histórica.

- 14) *Baurú* (SP) < língua geral 'mba'e ruru' t. 'mba'e ryrú', 'canastra', 'cornucópia' (p.97).

Onde foi buscar Dietrich alguma relação de **mba'e ruru** com cornucópia? Do nome Bauru só há etimologias controvertidas:

"Sabimos huma hora Itaupaba de cima isto baixio, e logo a Cachoeira de Baurú, que quer dizer que Baú cahio na agoa por ser Cachoeira grande, em que antigamente sempre se perdia canôa, e tem sua sirga por ser baixio por baixo da dita". (desconhecido [1754], Relação da chegada, que teve a gente de Mato Groço..., p. 246)

- 15) *Iguatemi* (MS) ...provavelmente < t. *yar*, 'canoa', *ygara* na língua brasileira, + *ti*, 'nariz', + *-mi*, 'diminutivo', 'canoa de proa pequena' (p.97).

Etimologia de nomes de lugares sem pesquisa histórica é temeridade. Há documentação seiscentista que explica o que tal palavra significa: "(...) *ygatimy*, Rio de proa ajuda." (Xeria, Luís de Céspedes, apud Tauxay, Relatos Monçoeiros, 100), De **ygara** - canoa + **ti** - proa, ponta + 'y - rio: rio das canoas emproadas.

- 16) *Os nobilitados do Império receberam títulos que se referiam a terrenos com nomes “tupis”, como barão de Baependi, também topônimo no MT, < t. mba’e pyndý, ‘coisa limpada’, ‘clareira’... (p. 99)*

Baependi, na verdade, provém de **mba’epin/a** + **‘y:** *rio do baeapina*, coisa tosquiada, homem marinho, monstro marinho que os índios supunham existir:

“*Baéapina — Estes são certo genero de homens marinhos do tamanho de meninos, porque nenhuma diferença têm delles; destes ha muitos, não fazem mal.*” (Pe. Fernão Cardim [1585], 1 – *Do Clima e Terra do Brasil – E de algumas Cousas Notaveis que se Achão assi na Terra como o Mar*, p. 56).

- 17) *É possível que o termo caipira, ‘que vive no interior, pessoa rústica’, tenha a sua origem em t. ka’a i-pyr-a, ‘mato 3ª pessoa-que é perto de – sufixo de caso’, ‘que vive perto do mato’ (p.100).*

Caipira, na verdade, provém de *kopira* – roçado; roçador: *Ereikó kopira resé kó tyma*. – Estiveste no roçado para plantar roça. (Anchieta, *Teatro*, 166)

5. O USO DO TUPÍ NA CAPITANIA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVII, DE CÂNDIDA BARROS (PP. 141-154)

O estudo desenvolvido pela pesquisadora Cândida Barros é muito relevante, pois permite uma via alternativa aos estudos que tratam da caracterização linguística do ambiente doméstico dos colonos paulistas no século XVII. Lembre-se que Buarque de Holanda, no artigo “*A língua geral em São Paulo*”, de 1945, defendia que o uso da língua tupi no ambien-

te doméstico dos colonos paulistas se devia aos casamentos interétnicos. Marilza de Oliveira, no artigo “*Relevância dos estudos genealógicos para a sócio-história da língua na trilha das bandeiras*”, contrapôs-se a Buarque de Holanda porque, segundo as “fontes notariais relativas às mulheres paulistas do século XVII” (p. 142), os casamentos se davam entre portugueses ou entre descendentes destes nesse período. Por meio do estudo da biografia do jesuíta Belchior Pontes, “língua” (indivíduo bilíngue no Brasil colonial), do estudo de biografias coletivas e também de “dados referentes à região de Belém no período colonial” (p. 150), Barros abriu caminho para a interessante hipótese de que o conhecimento da língua tupi pelos colonos paulistas em ambiente doméstico dava-se mesmo que não houvesse tantos casamentos interétnicos como queria Buarque de Holanda, haja vista que o ambiente familiar não se restringia ao casal e aos seus filhos, mas incluía também “a mulher indígena como serviçal, que mantinha relações próximas com o filho dos colonos desde o nascimento”, já que eram aquelas suas amas de leite.

O ótimo artigo de Barros confirma as palavras de Vieira, citadas erroneamente por Aryon Rodrigues:

É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mestiça e domesticamente (sic), e língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola (...) (in Rodrigues, A., *Línguas Brasileiras*, 1986, p. 101)

Vieira escreveu, na verdade, que “as mulheres e os filhos se criam mestiça (i.e., mestiça) e domesticamente”. MISTIÇA e não MÍSTICA. Que seria, com efeito, criarem-se as mulheres e os filhos “misticamente”? Barros, assim, no que se refere à ligação doméstica entre famílias de portugueses e de índios, deixou bem documentado o que Vieira afirmou no século XVII.

6. O NHEENGATU ATUAL FALADO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA. ESPAÇO COMUNICATIVO, POLÍTICA LINGUÍSTICA E PERSPECTIVA DOS FALANTES, DE MARTINA SCHRADER-KNIFFKI (PP.212-229)

Com o propósito de oferecer um panorama da situação atual do nheengatu, Schrader-Kniffki afirma em seu artigo que ele é falado “quase exclusivamente dentro do círculo familiar” e que “não se encontra presente nas áreas públicas da cidade, não sendo falado nas ruas” (pp. 214-215). Constatção que não corresponde à realidade do município de São Gabriel da Cachoeira, AM, no qual observamos o uso da língua em ambientes públicos como, por exemplo, no mercado municipal.

Logo de início, na seção “Características estruturais do nheengatu atual”, a autora afirma que o nheengatu é definido estruturalmente pelo português. Não menciona a principal influência das características estruturais do nheengatu, o tupi antigo. Afirma ademais que “o sistema de numeração do tupi/ nheengatu é substituído pelo do português” (pp. 218-219). Ora, o sistema de numeração desenvolvido na região do Rio Negro nem ao menos é citado e o sistema de numeração do “tupi/nheengatu” é considerado como sendo o mesmo. Ao pretender “proporcionar uma ideia do nheengatu a partir de um ponto de vista sincrônico” (p.217), ou mesmo por não ter conhecimento satisfatório do tupi antigo, a pesquisadora é levada a inferências errôneas a respeito da formação das características estruturais do nheengatu.

Com vistas a evidenciar os empréstimos do português ao nheengatu, a pesquisadora arrola alguns exemplos coletados por Moore, Facundes e Pires (p. 218) e se propõe a analisá-los. Cita alguns verbos portugueses incorporados no nheengatu, como, por exemplo, *re-morái* e *u-akôteséi*, que a autora traduz, respectivamente, por “eles moram” e “aconteceu”. Temos de lembrar que o morfema número-pessoal *re-* refere-se à segunda pessoa do singular (tu) e não à terceira pessoa do plural (eles). Para esta, teríamos de usar o morfema número-pessoal *u-*, utilizado tanto na terceira pes-

soa do singular como do plural. Para que a forma *u-akōtesēi* significasse “aconteceu”, teríamos de empregar a partícula *ana* ou *uana*, após o verbo, que expressa o pretérito em nheengatu.

7. OS BRASIGUAIOS NO BRASIL. ASPECTOS FONÉTICOS, GRAMATICAIS E LEXICAIS, DE WOLF DIETRICH (PP. 167-181)

Em seu artigo, Dietrich considera as migrações de paraguaios somente no século XX, quando, na verdade, desde antes da colonização, os povos de língua guarani já estavam pelo território brasileiro, fato omitido pelo linguista. São esses falantes antigos de guarani que interessaria abordar num livro intitulado “*O Português e o Tupi no Brasil*”, não os ditos *brasiguaios*, cuja presença no livro organizado por Dietrich não faz o mínimo sentido.

O desconhecimento da cultura do povo cuja língua é analisada levou Dietrich a omitir as migrações dos guaranis para as terras brasileiras nos séculos passados, as quais tiveram motivação religiosa. *Yby-marã-e’yma*, em tupi antigo (ou *yvy-marãe’y*, em guarani) significa a “*a terra sem mal*”, conceito que os jesuítas assimilaram à ideia do paraíso cristão, visto que a Terra Sem Mal era um lugar sem morte, onde a felicidade era plena. No entanto, diferente do paraíso cristão, que se manifestava no plano espiritual, a Terra Sem Mal, segundo os indígenas, possuía uma localização geográfica. Eis um dos principais motivos das emigrações passadas de povos guaranis para as terras brasileiras. A ausência da menção a esse fato nos mostra a falta de conhecimento de história e cultura indígenas por parte de Dietrich em seu artigo. A presença guarani no Brasil não se explica somente pelas migrações ocorridas no século XX como quer o autor.

Entre as etimologias equivocadas dadas pelo autor do referido artigo citamos a de *Curitiba* (< *kuriy tyb-a*, ‘*plantação de pinheiros bravos*, ‘*pinhal*’) (p.172). Ora, o tema nominal *tyb* significa *existência, ocorrência, ajuntamento*, e não *plantação*, como nos diz o linguista alemão. Prova-o

o fato de a construção *i tyb* significar *há, existe*, em tupi antigo. Muitos eram os povos indígenas que possuíam a prática da agricultura mas, com certeza, eles não plantavam pinheiros, como afirma Dietrich...

O linguista deve saber que a língua não é um fenômeno isolado da História. Embora a análise fonética e fonológica num dado recorte “a-histórico” possa ocorrer, a falta de conhecimento da cultura do objeto estudado fatalmente fará o linguista cair em equívocos.